



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO - FEAAC
INSTITUTO UFC VIRTUAL
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL)

I IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA: Teorias da Administração Pública
 CARGA HORÁRIA: 64 horas/aula
 DURAÇÃO: Semestral
 PROFESSOR: Teresinha Maria Cavalcanti Cochrane

II EMENTA

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

III OBJETIVOS

- Conhecer as principais teorias de Administração Pública.
- Apresentar a evolução, função e estrutura da administração pública brasileira.
- Estudar o novo papel do Estado e da administração pública.
- Analisar as reformas administrativas e programas de desburocratização.

IV CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 - Estado, o governo a sociedade e a evolução da administração pública brasileira

- Tópico 1: O Estado e o governo
 Tópico 2: A sociedade
 Tópico 3: A evolução da administração pública brasileira
 Tópico 4 - Administração pública patrimonialista
 Tópico 5 - Administração pública burocrática
 Tópico 6 - Administração pública gerencial



AULA 2 - Contexto contemporâneo da atuação do Estado

- Tópico 1 : Considerações Gerais
 Tópico 2: Contexto contemporâneo da atuação estatal

AULA 3 - Estrutura da Organização da Administrativa Pública

- Tópico 1: Órgãos e Serviços Públicos
 Tópico 2: Estrutura da Organização da Administrativa Pública
 Tópico 3: Eficiência, Eficácia e Efetividade na Administração Pública

AULA 4 - Reformas Administrativas e Programas de Desburocratização

- Tópico 1: Introdução
 Tópico 2: Reformas Administrativas no Brasil
 Tópico 3: Programas de Desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº. 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº. 19/98

AULA 5 - Representação e Participação: gestão pública e privada

- Tópico 1: Representação e Participação
 Tópico 2: Gestão pública e privada
 Tópico 3: Gestão pública e privada no Brasil

V METODOLOGIA

- Partindo do pressuposto de que cada indivíduo é agente ativo do seu processo de educação, esta disciplina é fundamentada no método reflexivo-participativo.
- EAD – utiliza-se um espaço virtual de ensino-aprendizagem, o SOLAR, que funciona, a um só tempo, como mecanismo de gestão e fórum para apresentação de conteúdos, consolidação de materiais didáticos, troca de idéias entre todos os participantes. O aluno deve, portanto, acessá-lo diariamente, de modo a participar das múltiplas atividades de estudo, leitura e discussão.
- São utilizados procedimentos variados, tais como: aulas expositivas por parte do professor, discussões de temas em fóruns, chats, etc.



VI AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados pelo cumprimento das seguintes atividades propostas:

- Atividades Virtuais: : acompanhamento á distância; Fóruns; Portfólios - 40%
- Avaliação Presencial: aulas presenciais; Avaliação Presencial - 60%

VII BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública. Caderno ENAP; nº. 10. 1997.

ALMEIDA, Guilherme Henrique de La Rocque. O Estado como objeto de estudo: as diferentes visões do Estado. Disponível em www.jus2.uol.com.br. Jus Navegandi. Teresina, 2000.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. O Princípio da Eficiência no Direito Administrativo. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, n.14, jun./ago. 2002.

ANDRIOLO, Leonardo José. A Reforma do Estado de 1995 e o Contexto Brasileiro. ENANPAD. Salvador, 206.

AVRITZER, Leonardo e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. Teoria e Sociedade (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia . UFMG) . Belo Horizonte, número especial (Instituições Híbridas e Participação no Brasil e na França), 2005.

BEZERRA DA SILVA, Silvia. A reconfiguração das políticas sociais no contexto da globalização neoliberal. Webartigos. 2009

BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: um enfoque gerencial. Atlas. São Paulo, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 9ª. Edição. Brasília, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº. 36. São Paulo, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática e Gerencial



BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Revista do Serviço Público nº. 47 – janeiro/abril. São Paulo, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma e Administração Pública Gerencial. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. Rio de Janeiro 203.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Exposição no Senado sobre a reforma da administração pública. Cadernos MARE da Reforma do Estado, n. 3. 197.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 4, Jul./Ago. 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), Brasil: um século de transformações. Cia. das Letras. 2001

BARRETO, Carla A. Políticas Públicas e Vínculos Privados: Uma análise do novo padrão de ação estatal na educação de jovens e adultos em Araraquara. Dissertação, programa de pós-graduação em Educação, UFSCar, São Carlos, (mimeo). 2007.

CARNEIRO, João Geraldo Piquet. Histórico da desburocratização. Instituto Helio Beltrão, 2001.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. Em ANPAD 2006. 30º. Encontro da ANPAD. 23 a 27.09.06. Salvador /BA, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos na empresa: pessoas, organizações e sistemas. 3ª. edição. São Paulo: Atlas, 1994.

CYRINO, Arthur Garcia A. A. Privatizações no contexto neoliberal. Ano 6, n. 51, 1 out. Jus Navigandi, Teresina, 2001. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2201>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

DAFT, Richard L. Teoria e Projetos das Organizações. 3ª. edição. São Paulo: Atlas, 1994.

DAGNINO, E. (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Paz e Terra – Volume 1. São Paulo, 2002.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, no 3. 1995.

DROPA, Romualdo Flávio. Reforma do Estado e Reforma administrativa. Editora Vozes, 2003.

FADUL E SOUZA, A. R. Políticas de Reformas da Administração Pública Brasileira: uma compreensão a partir de seus mapas conceituais. In Anais do ENANPAD. 2005.



VIII BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAORO, Raymundo. Atualidades. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 16, 2003.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 8. ed.: Globo. Rio de Janeiro, 1989.

FREITAS, C. A. S. Auditoria de gestão estratégia no setor público. Escola Nacional de Administração Pública: Revista do serviço público. Brasília, DF, ano 52, nº. 4. P. Brasília, 1987.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e políticas públicas 2000.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. Editora Saraiva, 8ª. Edição. São Paulo, 2003.

GOMES, Orlando. Obrigações. 7ª. edição: Forense. Rio de Janeiro, 1984.

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. XIV Encontro do Conpedi. 2005.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. Ministério de Educação e Cultura. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Nem "burocrata" nem "novo gerente": o "caboclo" e os desafios do Plano Diretor de Reforma do Estado no Brasil do real. Revista e Administração Pública, v. 38, n. 1. 2004.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. Revista Lua Nova. 2007.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil. In: Anais X CLAD. Santiago – Chile, 2005.

MACHADO DA SILVA, Clóvis L. et all. Formalismo como mecanismo institucional coercitivo de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. In: Anais do ENANPAD, 2001.

MARINI, Caio. Gestão Pública: o debate contemporâneo. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. n. 7. 2003.

MEGGINSON, Leon C. et all. Administração: conceitos e aplicações. 4ª. edição: Harbra. São Paulo, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo, 31ª. Edição. São Paulo, 2005.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: Sergio Miceli (Org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. Revista Lua Nova, nº 65. 2005.

MORAGA, Enrique G. Sistema político y políticas públicas en América Latina. Revista Del CLAD Reforma y Democracia, no. 38. 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. Em defesa da política. Sao Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Heitor Chagas de. Desburocratização, o sentido da nova forma. Jornal de Brasília. Brasília, 1980.

OLIVEIRA, Luciano. Governança e Governabilidade. 2011. Disponível em: www.editoraferreira.com.br. Acesso em 19.01.11.

OLIVEIRA, Luciano. Evolução da Administração Pública no Brasil. 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades a experiência contemporânea. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2005.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Administração e contexto brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1983.

RIGGS, Fred W. Administração nos países em desenvolvimento. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1968.

SANDER, Benno. Educação Brasileira: valores formais e valores reais. Pioneira. São Paulo, 1977.

SANTOS, Fabiana Alves dos. Estado, Governo e Sociedade. 2007.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo - Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Vol. 40 nº. 3. Rio de Janeiro 1997.

SEGATTO, Catarina Ianni e KERBAUY, Maria Teresa Micelli. Representação e participação a elaboração de políticas públicas. 2011. www.jornap.com/IIIJornap/anais/Anais%20II/Artigos/62.pdf. Acesso em 03.01.2011.

SENNA, Virdal. Gestão compartilhada. 2011. Disponível em: <http://webartigos.com>. Acesso em 03.01.2011.

SENNA, Virdal. Sistema penitenciário brasileiro. 2011. Disponível em:

<http://webartigos.com>. Acesso em 03.01.2011.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, 1990.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias. Porto Alegre: ano 6, no. 16, jul/dez, 2006.

TAMEZ, Carlos André. Formas históricas de administração pública. Patrimonialismo, administração burocrática e gerencial. 2004.

TAMEZ, Carlos André. Administração Pública Gerencial – II. 2004.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº. 53, ano XVI. São Paulo, 1997.

